



DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO
TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 35,
DE 2 DE SETEMBRO DE 2015 (*)

O Chefe da Seção de Controle e Acompanhamento Tributário da DRF em São José do Rio Preto, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria DRF/SJR nº 68, de 03/12/2013, DOU de 05/12/2013, e tendo em vista o disposto no Artigo 80 e seguintes da Lei 9.430, de 1996, na redação dada pela Lei 11.941 de 2009 e Artigo 27 da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30/05/2014 e considerando o que consta do processo 16004.720130/2015-57, declara a BAIXA DE OFÍCIO, por ser INEXISTENTE DE FATO, da inscrição no CNPJ nº 20.487.105/0001-24, referente à empresa STONE CHEMICAL COMPANY EMPREITEIRA CONSTRUTORA TRANSPORTADORA E COMÉRCIO DE METAIS E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI, por não ter sido localizada no endereço constante do CNPJ, bem como não terem sido localizados os integrantes do seu QSA. Os efeitos são retroativos à data de sua abertura (24/06/2014), conforme a representação fiscal constante no processo já mencionado.

GRIGOR HAIG VARTANIAN

(*) Republicado por ter saído no DOU de 08/09/2015, Seção 1, página 30, com incorreção do original.

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 36,
DE 2 DE SETEMBRO DE 2015 (*)

O Chefe da Seção de Controle e Acompanhamento Tributário da DRF em São José do Rio Preto, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria DRF/SJR nº 68, de 03/12/2013, DOU de 05/12/2013, e tendo em vista o disposto no Artigo 80 e seguintes da Lei 9.430, de 1996, na redação dada pela Lei 11.941 de 2009 e Artigo 27, inciso II, alínea b, c/c art 29, da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30/05/2014 e considerando o que consta do processo 16004.720155/2015-51, declara a BAIXA DE OFÍCIO, por ser INEXISTENTE DE FATO, da inscrição no CNPJ nº 15.500.068/0001-07, referente à empresa HIDROCICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, por não ter sido localizada no endereço constante do CNPJ, bem como não terem sido localizados os integrantes do seu QSA. Os efeitos são retroativos à data de 01/01/2014, conforme a representação fiscal constante no processo já mencionado.

GRIGOR HAIG VARTANIAN

(*) Republicado por ter saído no DOU de 08/09/2015, Seção 1, página 30, com incorreção do original.

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO
BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM
SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 541,
DE 10 DE NOVEMBRO DE 2015

Cancela certidão de regularidade fiscal.

A DELEGADA DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe conferem os artigos 302, 305 e 314, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203 de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, alterada pela Portaria MF nº 512 de outubro de 2013, publicada no DOU de 4 de outubro de 2013, e RFB nº 1403 de 3 de outubro de 2013, publicada no DOU de 4 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Cancelar a Certidão Conjunta de Regularidade Fiscal expedida sob o Código de Controle nº BFFD.D167.7C78.5977, em favor de ALTOS DE CAÇAPAVA EMPREENDIMIENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA, CNPJ nº 12.683.022/0001-82, emitida às 14:50:26 de 22/10/2015, tendo em vista emissão indevida, conforme Dossiê 10010.029704/0915-51.

Art. 2º Este Ato Declaratório entra em vigor na data da sua publicação.

REGINA COELI ALVES DE MELLO

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO
BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO
SERVIÇO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E
CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 192,
DE 9 DE NOVEMBRO DE 2015

Inscribe o contribuinte no registro especial de bebidas alcoólicas.

O CHEFE SUBSTITUTO DO SERVIÇO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do artigo 4º da Portaria DEFIS/SPO nº 140 de 26 de setembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 30 de setembro de 2014, considerando o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.432 de 26 de dezembro de 2013, declara:

Art. 1º Inscrição no Registro Especial de bebidas alcoólicas sob o número 08190/204, na atividade de importador, o estabelecimento da empresa MULTIPLIER TRADE E COMÉRCIO EXTERIOR LIMITADA, inscrito no CNPJ sob o número 22.139.875/0001-01, localizado na Rua Arcipreste Ezequias nº 152, Vila São José - São Paulo/SP, de acordo com o dossiê 10100.001290/0915-96.

Art. 2º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ALEX SANDER RAMOS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTA CRUZ DO SUL

PORTARIA Nº 101, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2015

Exclui pessoa jurídica do Refis.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTA CRUZ DO SUL/RS, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do Refis nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, e considerando o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por estar configurada a hipótese de exclusão prevista no inciso XI do art. 5º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000 - não auferimento de receita bruta por nove meses consecutivos, a pessoa jurídica relacionada no quadro abaixo, com efeitos a partir da data indicada, conforme proposta formalizada constante no processo administrativo de representação a seguir indicado.

CNPJ	NOME EMPRESARIAL	PROCESSO Nº	DTEFEITO
88.048.632/0001-76	COMERCIAL DE BEBIDAS NICHEL LTDA ME	13005.722062/2015-62	01/10/2011

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALTEMIR LINHARES DE MELO

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA Nº 6.385, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do art. 69 do Regimento Interno de que trata a Resolução CNSP Nº 327, de 30 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 10 de agosto de 2015, resolve:

Art. 1º Constituir a Comissão Especial dos Mercados de Seguros, Capitalização, Resseguros e Previdência Complementar Aberta, doravante denominada Comissão Especial, com o objetivo de debater questões afetas aos referidos mercados.

Parágrafo Único. A Comissão Especial será composta pelo Superintendente, que presidirá e estabelecerá a sua pauta, pelos diretores, pela Secretaria Geral da SUSEP e, ainda, pelos seguintes representantes dos mercados:

I - Presidente da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização - CNSeg;

II - Presidente da Federação Nacional de Seguros Gerais - FenSeg;

III - Presidente da Federação Nacional de Capitalização - FenaCap;

IV - Presidente da Federação Nacional das Empresas de Resseguro - Fenaber;

V - Presidente da Federação Nacional de Previdência Privada - FenaPrevi;

VI - Presidente da Federação Nacional dos Corretores de Seguros Privados e de Resseguros, de Capitalização, de Previdência Privada, das Empresas Corretoras de Seguros e de Resseguros - Fenacor; e

VII - Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Corretagem de Resseguro - Abecor-Re.

Art. 2º A Comissão Especial reunir-se-á ordinariamente a cada dois meses; e, extraordinariamente, quando convocada pelo seu Presidente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria Susep nº 4.225, de 5 de outubro de 2011.

DANILO CLÁUDIO DA SILVA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO
FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
EM JOINVILLE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 78,
DE 10 DE NOVEMBRO DE 2015

Declara o cancelamento de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 302, inciso XII c/c 303 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e nos termos do art. 15 da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751/2014, publicada no DOU em 03 de outubro de 2014, declara:

Art. 1º O cancelamento da Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União nº F2DB.18E2.3ECE.8AF8, emitida no dia 9 de novembro de 2015, do contribuinte ACQUAPLANT QUIMICA DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 81.372.070/0001-72.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

CARLOS EDUARDO DA SILVA SOARES

Ministério da Integração Nacional

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E
DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 222, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2015

Reconhece situação de emergência por procedimento sumário no Município de Mariana-MG.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, Art. 7º, § 3º, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando o Decreto Municipal nº 8.034, de 05 de novembro de 2015, do Município de Mariana-MG,

Considerando ainda as demais informações constantes no protocolo S2ID MG-F-3140001-24200-20151105, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de rompimento/colapso de barragens, COBRADE: 2.4.2.0.0, a situação de emergência por procedimento sumário no Município de Mariana-MG.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

PORTARIA Nº 223, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2015

Reconhece situação de emergência em municípios.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações constantes na tabela.